



**O Parque e a Cidade: análise do Parque Ecológico “Valdemar Salmeirão”,  
na cidade de Birigui/SP**

**Jéssica Telles Zanateli**

Mestranda, UNESP, Brasil.  
jessica.telles@unesp.br

**Norma Regina Truppel Constantino**

Professora Doutora, UNESP, Brasil.  
norma.rt.constantino@unesp.br

## RESUMO

Grande parte das cidades brasileiras se desenvolveu de forma desordenada e pouco harmônica com a paisagem natural, principalmente nos fundos de vale. Entende-se que a integração harmoniosa com o meio ambiente é o caminho para a permanência das cidades e do bem-estar de seus habitantes, além de ser uma forma de resolução dos problemas que atingem o meio urbano. Com isso, estratégias vem sendo formadas em prol da expansão urbana de qualidade. A criação de parques lineares em áreas de fundos de vale (objetivando a integração entre pessoas, vegetação e cursos d'água) é uma boa intervenção que culmina na qualidade de espaços e de vida em sociedade. No entanto, se esses espaços não forem utilizados e não passarem por devida manutenção, não atingirão seu propósito e tendem, inclusive, a serem abandonados. Este artigo visa ressaltar a relação rio-cidade, analisando a questão das intervenções em fundos de vale, tendo como estudo de caso o Parque Ecológico “Valdemar Salmeirão” em Birigui-SP verificando seu estado e sua apropriação nos dias atuais, a partir de levantamentos bibliográficos, cartográficos e fotográficos que embasam e ilustram a área em questão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parque Linear. Fundos de Vale. Vazios Urbanos.

## INTRODUÇÃO

As cidades são produtos de ações humanas e do modo de vida em sociedade. Existe uma gama de combinações entre essas atitudes e o meio aos quais elas são aplicadas que dão origem às diversas paisagens existentes e que podem vir a existir. Há também uma crescente subutilização de espaços que têm gerado vazios urbanos e desvalorização de áreas urbanas, juntamente com problemas de mobilidade e de bem-estar social. Os vazios surgem muitas vezes pela gentrificação, mudança de atividades e especulação imobiliária. Suas consequências são o delineamento das desigualdades, segregação e falta de identificação entre as pessoas e a cidade. Soma-se a isso a falta de segurança nesses pontos e a presença de moradias e ocupações irregulares. Em suma, todo planejamento que não se adequa ao meio e às pessoas que nele vivem não é eficaz.

Desde que surgiram as primeiras civilizações, muitas cidades deixaram de existir, outras se desenvolveram e perduraram. A vida urbana é proveniente do fim do sistema feudal. Na Europa, a sociedade feudal levava uma vida essencialmente rural, baseando sua economia na produção natural para subsistência. Com a produção excedente, pouco a pouco, gerou-se a demanda de comercialização. Esse processo se intensificou conforme surgiram mais cidades e muitas cidades foram concebidas pelo transporte de mercadorias. A colonização europeia sobre a América Latina no século XV culminou, posteriormente, na replicação de modo de vida urbana do colonizador na colônia (CASTRO, 2018).

As primeiras cidades brasileiras foram estabelecidas nos litorais do nordeste, sul e sudeste. A navegabilidade dos rios viabilizou o avanço para o interior. A descoberta do ouro e de pedras preciosas (levando à fixação dos garimpeiros e estabelecendo as cidades) progrediu para o comércio do gado e corroborou com o desmatamento para plantio, cujo produto seria escoado pelas estradas de ferro (MARX, 1980).

A urbanização, na grande maioria das vezes, é um processo que carece de planejamento e é movido pela especulação imobiliária, além de interesses financeiros de quem possui maior concentração de renda (SILVA, 2020). Ela catalisa os frutos dos impactos ambientais e altera a geografia terrestre, uma vez que o homem, apesar de ser parte do ecossistema, age como se fosse parte alheia a esse, pois tenta se sobrepor ao ambiente que o

cerca e extrai seus recursos de modo dominador (DREW, 2005). Estes fatores podem levar à consolidação de cidades mal projetadas e portadoras de sérios problemas de funcionamento de seus sistemas, somados a discordâncias quanto ao meio geográfico no qual estão instaladas.

As questões que direcionam os estudos das cidades apoiam-se na interpretação urbana da sociedade, em especial a latino-americana, resultante da ausência do estado de bem-estar social (característica dos países periféricos) e que geralmente apresentam baixo nível de reprodução da força de trabalho e condições de vida precárias do trabalhador (CASTRO, 2018). Observa-se grande concentração de renda e importantes diferenças sociais. Sendo assim, as cidades apresentam lugares precários onde moram pessoas de baixa renda, em contraponto a outros com boa infraestrutura, ocupados por um grupo privilegiado.

Ao considerarmos que a paisagem “designa uma parte do território, tal como é percebida pela população e cujo caráter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e das suas inter-relações” (COUNCIL OF EUROPE, 2000), e que toda paisagem é cultural, “não essencialmente porque é vista por uma cultura”, mas “por ter sido produzida dentro de um conjunto de práticas (econômicas, políticas, sociais), e segundo valores que, de certa forma, ela simboliza” (BESSE, 2014, p.30). No entanto, há maior interesse em estudar o modo de vida nas cidades, pois esta apresenta o maior contingente de atividades desempenhadas (CORRÊA, 1989). Portanto, é fundamental observar e analisar a qualidade das vivências e do desenvolvimento urbano, uma vez que ele acontece direcionado pelas demandas e interpretações do espaço, errôneas ou não. Quando equivocadas e em dissonância com o meio, geram problemas urbanos e ambientais, como dificuldades de mobilidade, espaços com funções únicas, doenças, enchentes e vazios urbanos.

Um dos responsáveis pela subutilização de áreas urbanizadas é o mercado imobiliário. Ele é um produtor do espaço urbano juntamente com o Estado, manipulando a valorização de certas áreas e a desvalorização de outras, e exercendo grande influência sobre a vida dos cidadãos e suas atividades (FARRET, 1985).

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que a população trabalhadora pobre vai instalar-se: beira de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização). (MARICATO, 1996, p.58).

Esse direcionamento na forma de produção do meio urbano (“mercantilização” do mesmo), segundo Serpa (2007), atende exclusivamente aos interesses econômicos e gradativamente estimula a privatização do espaço público, onde esses passam a incentivar o consumo e restringem seu uso apenas àqueles que podem pagar por isso. Sennett (1998) chama de “a morte do espaço público” o fato deles serem “esvaziados” pelo incentivo ao hábito de buscar espaços cada vez mais individuais ao invés de buscar espaços comuns, ceifando a troca de ideias e a possibilidade de mudanças quanto a realidade vivenciada, benéfica ao desenvolvimento tanto do homem quanto do meio. O ato de permanecer vem sendo transferido, de forma gradativa, para espaços privados.

A parte mais afetada da população pela ausência de espaços públicos é a mais pobre, cujos recursos são incompatíveis ao acesso de equipamentos e espaços comunitários e privados. (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007). Rolnik (1998) constata que os espaços públicos de uso comunitário estão sendo reduzidos a meros espaços para circulação. Tardin (2010) observa que quanto a análise do planejamento das cidades, pode-se concluir que sua concepção foi pautada na ocupação e não no aproveitamento, uniformizando a paisagem e desvalorizando a importância dos espaços livres. A autora manifesta que estes espaços carecem de proteção, controle, demarcação e gestão, conversando com a infraestrutura da paisagem urbana e atendendo ao bem comum.

Apesar disso, é enorme o potencial dos espaços livres públicos na paisagem urbana, havendo novas tendências de produção desses espaços visando melhor aproveitamento e reconhecimento, atribuindo novas identidades e requalificação da cidade. Os parques lineares implantados em fundos de vale se apresentam como pertinentes à produção do espaço urbano, bem como corredores verdes e outras estratégias com a intenção de adaptar a cidade às formas mais ecológicas e naturais (BRANDÃO, 2011). Também contribuem para a revalorização dos cursos hídricos que serviram à principal necessidade de toda cidade: a água. Sua importância foi esquecida por conta do desenvolvimento de novas tecnologias quanto a captação de recursos e o anseio em aproveitar cada espaço disponível para novas construções.

Em muitas cidades as Áreas de Preservação Permanente - APPs foram usadas para logradouros, moradia, comércio e descarte de dejetos e, quando não, concretadas, canalizando e retificando os rios. Hoje, com o entendimento que os caminhos tomados até então (dominância do homem sobre o meio) foram prejudiciais, a relação rio-cidade explanada por Coy (2013) tem se destacado como diretriz da expansão e intervenção da cidade.

Aproximar os rios, que foram fundamentais para a formação das comunidades humanas, e as pessoas promove benefícios múltiplos e originam espaços ricos em possibilidades. O convívio equilibrado é o que define o sucesso desta relação rio x cidade.

Costa (2006) afirma que reconhecer o rio como paisagem é, portanto, habitá-lo. Os rios urbanos ampliam a fluidez da paisagem da cidade (CONSTANTINO, 2014). No entanto, para haver essa integração, novas medidas precisam ser discutidas e aplicadas. Seguindo a mesma linha, a situação atual dos córregos urbanos e de suas margens, quase sempre se apresenta como um “vazio entre lugares” (HOUGH, 1995), portanto é importante olhar para a paisagem, verificar como ela está para então “projetar com a paisagem” (BESSE, 2018).

Em meados da década de 1990 é introduzida a ideia da criação de parques lineares ao longo de rios urbanos na formulação dos novos planos diretores a partir da Constituição Federal de 1988, o que levou à criação de parques lineares e à reserva de terras destinadas à conservação de águas e vegetação ribeirinha em muitos centros urbanos (MACEDO, 2012). O mesmo autor comenta que a conservação dos recursos hídricos urbanos passa, necessariamente, pela apropriação cotidiana do recurso e pela sua qualificação paisagística, sendo que somente a partir do século XXI que se configuraram algumas ações que de fato buscaram uma convivência do cidadão, incentivando seu uso social ao mesmo tempo da conservação da água e da mata ciliar.

Os parques lineares procuram adaptar o ambiente natural a um contexto urbano possível de ser gerenciado, com agregação de diversas funcionalidades para promover a sua manutenção. Deste modo, delimitar os parques lineares em áreas urbanas requer diversos critérios de

planejamento na tomada de decisões, de acordo com suas respectivas prioridades. Essas são condicionados tanto por fatores objetivos como pela legislação vigente (RODRIGUES et al, 2014).

Nesse sentido, o presente artigo visa analisar os fundos de vale vistos como um vazio entre lugares na paisagem urbana, tendo como estudo de caso o Parque Ecológico “Valdemar Salmeirão”, na cidade de Birigui-SP. Esta é uma intervenção recente, mas que já causou impacto na vida de quem mora ou passa pela região.

Para compreender e analisar a dinâmica da paisagem utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, escolhendo como chaves de leitura os vazios urbanos, os fundos de vale e os parques lineares. A pesquisa documental compreendeu a consulta da legislação pertinente, mapas, planos e projetos além de arquivos de jornais. Para o estudo de caso do Parque Ecológico “Valdemar Salmeirão”, por onde passa o córrego Biriguizinho, foi fundamental a pesquisa de campo para identificar as estruturas espaciais e ambientais, possibilitando a observação de uso e comportamento além das atividades realizadas pelos usuários. O levantamento fotográfico complementou a leitura da paisagem.

#### **A CIDADE E O CÓRREGO BIRIGUIZINHO**

Analisando a paisagem como uma representação social e cultura e como um território produzido pelas sociedades na sua história (BESSE, 2014), observa-se que o córrego Biriguizinho sempre esteve atrelado à história de Birigui. Birigui faz parte de uma rede de cidades implantadas na primeira metade do século XX no estado de São Paulo.

A primeira companhia loteadora que atuou na região da Noroeste foi a The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company que parcelava terras devolutas e as vendia em lotes. Seu público alvo era formado pelos imigrantes, especialmente aqueles chegados ao Brasil há alguns anos e que tivessem conseguido economizar algum capital (CONSTANTINO, 2010). Essa empresa foi responsável pela comercialização de um amplo território localizado na região abrangendo três grandes propriedades: a fazenda Baixotes, Baguassú e Jangada. Os locais em que essas propriedades estavam localizadas deram posteriormente origem a alguns dos atuais municípios da região, como Birigui. Na Figura 1 observa-se a importância dos rios na subdivisão dos lotes.

Figura 1 – detalhe do mapa histórico, com os nomes dos principais rios.

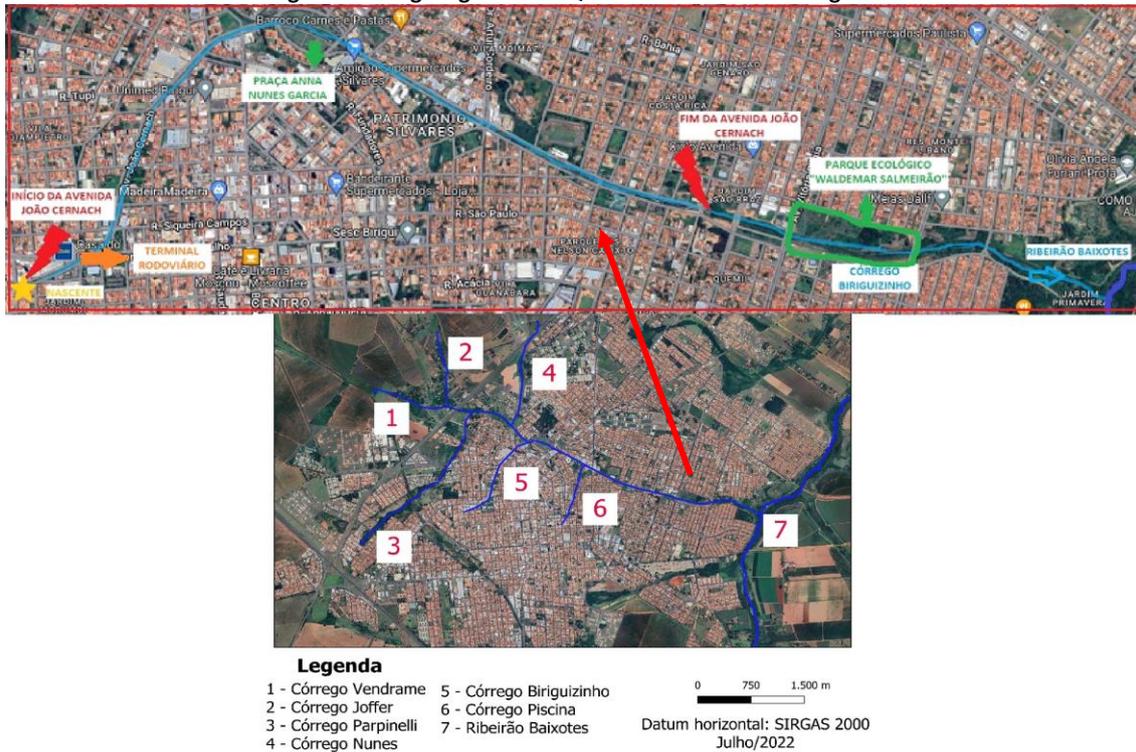


Fonte: <http://robertoclarkmeuavo.com.br/capas.html> , 2003, com intervenção das autoras, 2022

Na época da fundação da cidade de Birigui, os trilhos da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - CEFNOB foram estabelecidos nas proximidades do córrego Biriguizinho. Em 1914 a cidade teve seu plano de arruamento elaborado pelo engenheiro Theodoro Augusto Graser e “o traçado tomou por base os limites da esplanada da ferrovia, e não seus trilhos” (GHIRARDELLO, 2002, p.211). Em 1917 foi construída a primeira Estação Ferroviária de Birigui, em alvenaria, às margens do córrego.

Com a industrialização houve a erradicação da mata ciliar, a canalização do curso d’água e o tamponamento da nascente. Hoje, por conta do crescimento mal planejado, é sobrecarregado com a demanda de escoar praticamente toda a água pluvial da cidade, o que gera enchentes, danos patrimoniais, cerceamento de circulação e predisposição às doenças. Os conflitos entre os processos fluviais e os processos de urbanização têm sido de um modo geral, enfrentados através de drásticas alterações na estrutura ambiental do rio.

Figura 2 – Imagem gerada no Qgis com detalhe do córrego em evidência



Fonte: As autoras, 2022

Na Figura 2 observa-se o córrego Biriguizinho e sua relação com a cidade. Os espaços residuais ao longo das margens dos rios são áreas propícias para agregar identidade, funções e possíveis transformações. A conectividade também se apresenta como atributo físico importante e consiste nas conexões entre as águas, e destas com os demais componentes urbanos, em todas as escalas, segundo Costa (2006). Para a autora, visíveis e com acesso público, as águas ampliam seu papel social e cultural, ganham uso coletivo e reforçam a relação de identidade da sociedade com o bem natural. Após anos de negligência, em um trecho em que as margens não haviam sido asfaltadas, surgiu a proposta de criação de um parque linear. A justificativa era preservar esse trecho do córrego, impedindo que a área fosse usada como pastagem e descarte de lixo.

## O PARQUE ECOLÓGICO VALDEMAR SALMEIRÃO

Os espaços possuem características que, combinadas, torna possível identificar esferas como a funcional, a bioclimática, a econômica, a social, a topoceptiva, a afetiva, a simbólica e a estética (HOLANDA, 2007). E é justamente essa pluralidade de faces que enriquecem, garantem uso e motivam a apropriação de espaços por parte de todos.

O córrego Biriguzinho tem sido desvalorizado e associado às enchentes e poluição. Isso se deve principalmente à ocupação sem respeito às Áreas de Preservação Permanente - APPs e à canalização do córrego.

A criação de um Parque linear foi um projeto de 2018 que foi implantado em partes. Trata-se de uma área até então degradada e que tinha a seu favor apenas a ausência de vias ou construções que estrangulassem o fundo de vale do Biriguzinho. Como seu entorno compreendia um bairro residencial sem espaços para recreação, aprovou-se um projeto de parque que uniria cuidado, manutenção e uso popular. Pretendia-se impedir que fatores danosos comprometessem o curso d’água, mas sem afastar as pessoas, atraindo-as para contemplar o córrego, além de desfrutar de suas margens equipadas para tal finalidade. Ao menos essa era a proposta inicial. No entanto, no Parque Ecológico “Valdemar Salmeirão” observa-se que ainda existe uma resistência aos cuidados que um parque implica. A Figura 3 indica o local onde as fotos que delatam os problemas encontrados foram tiradas.

Figura 3 – Imagem aérea do Parque Ecológico “Valdemar Salmeirão” com indicação dos locais onde foram tiradas as fotos



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-21.2918424,-50.3192347,403m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>, com intervenção das autoras (2022)

Em alguns trechos, é possível encontrar lixo (Figura 4). Estes dejetos podem tanto serem provenientes de descarte irregular como podem ter sido trazidos de outras áreas da cidade pelas chuvas. Independente do responsável, a atitude correta por parte do poder público

seria dar atenção a área, uma vez que o propósito do Parque era justamente a preservação do curso d’água. Além disso, seria fundamental estimular programas de educação ambiental que conscientizasse a população sobre os cuidados necessários, incentivando também o uso do parque.

**Figura 4 – Lixo acumulado ao longo do curso do córrego Birguizinho, dentro do Parque Ecológico**



Fonte: As autoras (2022)

Em outro trecho (Figura 5) são perceptíveis marcas de queimada. Infelizmente é hábito de muitas pessoas livrar-se de lixo e de resíduos de vegetação (como folhas de árvores) por meio de ateamento de fogo. Observa-se que o fogo ultrapassou o alambrado e acabou por causar danos na área que deveria estar protegida. O alambrado do parque encontra-se sem base e pendente. É possível constatar uma marca de erosão proveniente de uma tubulação de água pluvial, uma vez que os bueiros são desproporcionais aos dutos e os mesmos não se estendem até a margem do córrego. O fluxo e concentração de água acabam por arrastar a terra enquanto se dirigem ao seu destino. Neste caso, compete à administração pública executar obras adequadas às normas e ao local onde a intervenção será feita. Além disso, quando constatado erro ou a ineficácia de determinada medida, providenciar o conserto para que não haja maiores danos. Outras estratégias de infraestrutura verde poderiam ser mais eficazes e sustentáveis, como os jardins de chuva ou biovaletas.

Figura 5 – Marcas de queimadas e marca de erosão



Fonte: As autoras (2022)

Um agravante é que a cerca de proteção (que foi instalada com a finalidade de proteger o leito do córrego de animais que pastam nas proximidades e também para evitar o descarte de lixo) estava inacabada em algumas partes e foi complementada, posteriormente, por cercas com cadeados. A calçada, que se encontra deteriorada ao longo do percurso, não foi concluída. Observa-se que, por falta de manutenção, alguns trechos encontram-se tomados pela vegetação (Figura 6). Verificou-se uma iniciativa popular quanto à manutenção da área, como a instalação de banco artesanal de madeira, limpeza da vegetação e colocação de avisos quando percebem que alguma estrutura do parque está oferecendo risco. Nesse sentido, dentro de suas possibilidades e entendimento das necessidades, existe apropriação por parte dos moradores.

Figura 6 – Complemento de alambrado feito com cerca de arame e fechamento de cadeado, ao longo da calçada deteriorada



Fonte: As autoras (2022)

Na parte destinada às diversas atividades de esporte e lazer, houve apropriação por parte da população. Mas com o uso, alguns aparelhos foram se deteriorando e não passaram por reparos. Aos poucos, esta parte do parque passou a ser subutilizada. A frequência de pessoas diminuiu e algumas propostas do projeto, como a quadra de basquete, não foram executadas. Os aparelhos de ginástica estão preservados, o que não ocorre com os brinquedos infantis que inclusive, possuem em suas proximidades elementos que oferecem risco, como um pedaço de ferro observado na Figura 7. Outra situação que vai na contramão da intenção do espaço projetado é a utilização para pastagem de equinos.

Figura 7 – Brinquedos para crianças



Fonte: As autoras (2022)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de vida atual parece não ser compatível com a preservação ambiental e algumas medidas, como a implantação de parques lineares em áreas de fundos de vale, auxiliam a tornar nossas cidades mais sustentáveis. No entanto, ao projetar um local deve-se levar em conta a paisagem existente e estimular seu uso adequado, preservando os recursos naturais e fornecendo a devida manutenção e segurança pública.

Sem manutenção adequada e a permissão velada ao despejo de dejetos domésticos e industriais, observou-se que o Parque Ecológico “Valdemar Salmeirão” não vem sendo utilizado pela população apesar do programa de necessidades abranger equipamentos de lazer e quadras esportivas. Para determinar as causas do descaso pelo espaço público, novos questionamentos devem ser levantados para então ser elaborado um projeto participativo envolvendo a comunidade e a administração municipal. Nesse sentido, essas intervenções poderão promover um sentimento de pertencimento por parte da população, provocando um desejo de proteger e usar aquele espaço.

As novas pautas, levantadas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), apontam que a sustentabilidade não trata apenas dos fatores ambientais e ecológicos, mas de interligá-los às questões humanas, levando em consideração os fatores sociais, econômicos, espaciais e culturais. Em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável –

ODS, é fundamental “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ODS 11) e “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos” (ODS 6), visando proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo os rios, aquíferos e lagos. Nesse sentido é fundamental a articulação entre as políticas urbanas e ambiental em nossas cidades, visando a apropriação e a manutenção de espaços livres públicos, como os parques lineares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSE, JM. **La nécessité du paysage**. Marseille: Paranthèses, 2018.

BESSE, JM. **O gosto do mundo**. Exercícios de Paisagem. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. 234 p.  
CASTELLS, M. A questão urbana. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

BRANDÃO, P. **O sentido da cidade**. Lisboa: Ed. Horizonte, 2011.

CASTRO, G. R de. O surgimento das cidades. **Revista Interdisciplinar de estudos contemporâneos**, v. II, n. 7, 2018, p. 177-194. ISSN 2318 – 2393.

CONSTANTO, N.R.T. A estrutura agrária na formação do tecido urbano das cidades do Oeste Paulista. In: SALGADO, I.; BERTONI, A. (org.). **Da construção do Território ao Planejamento das Cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)**. São Carlos: Rima, 2010. p. 35-49.

CONSTANTINO, N. R. T. As cidades e os Rios: chaves de leitura utilizadas na pesquisa científica em Arquitetura e Urbanismo. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014.

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, L. M. S. A. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

COY, M. **A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina**, Confins [Online], 18 | 2013, posto online em 18 Julho 2013. URL: <http://confins.revues.org/8384> ; DOI : 10.4000/confins.8384.

DREW, D. **Processos Interativos Homem Meio-Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FARRET, R. L. Paradigmas da Estruturação do Espaço Residencial Intra-Urbano In: GONZÁLES, S. F. et al. (orgs) **O Espaço da Cidade**. Contribuições à Análise Urbana. São Paulo: Ed. Projeto, 1985.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 235 p. ISBN 85-7139-392-3. Available from SciELO Books. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/z3/pdf/ghirardello-8571393923.pdf>>. Acesso: 05 jun. 2020.

HOLANDA, F. **Arquitetura sociológica**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo, 2007, v. 9, n. 1, p. 115-129.

HOUGH, M. **Naturaleza y Ciudad: planificación urbana y procesos ecológicos**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.

RODRIGUES, E. R.; RIBEIRO, R. A.; ROHM, S. A.; NERI, A. C. A. **Estudo de áreas para implantação de parques lineares urbanos no município de São Carlos/SP, Brasil**. Conferência: PLURIS 2014 - 6º Congresso Luso-brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável. Lisboa, 2014.



MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século 1990-2000**. São Paulo: Edusp, 2012.

MARICATO, E. **Metrópole Na Periferia Do Capitalismo: Ilegalidade Desigualdade E Violência**. São Paulo: Husitec, 1995  
Disponível em: <[http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2018.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/ EDUSP, 1980.

OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer**. Revista Ambiente Construído, Porto Alegre, v.7, n. 2, p. 59-69, abr. 2007.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

ROLNIK, R.; KLINK, J. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento do Espaço Urbano**. Por que Nossas cidades Continuam tão Precárias? In: Novos Estudos 89, março de 2011.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007

SILVA, A. F. da. **Expansão urbana e mudanças no uso e ocupação da terra: o caso da cidade de Birigui/SP**. 18 fev. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193458>. Acesso em: 19 jul. 2021.

TARDIN, R. Ordenação Sistêmica da Paisagem In: REIS, Almir Francisco. (Org.). **Arquitetura, Urbanidade e Meio ambiente**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.